

**Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)**

**Filosofia  
Política,  
Educação,  
Direito e  
Sociedade 4**

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 4

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-097-1

DOI 10.22533/at.ed.971190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Caros leitores,

Bem-vindos ao livro *Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade*.

Meu desejo é construir junto com vocês alguns modos de existência experiências filosóficas diversificadas e intensas!

O livro permitirá entrar no mundo fascinante em que o pensamento se pensa a si mesmo. Se vocês já têm contato com a reflexão filosófica, encontrarão aqui caminhos para ir mais longe.

Tudo neste livro foi elaborado com cuidado para oferecer possibilidades de compreender filosoficamente a nós mesmos, aos outros e ao mundo.

Os volumes abrem as portas da Filosofia aos que não a conhecem e convida os que já a conhecem a atravessá-las com olhar renovado com uma coleção de temas bastante significativos em nossa vida cotidiana e que aqui são tratados filosoficamente. Contribui para o estudo sistemático da história do pensamento filosófico seja individualmente, seja com seus companheiros de escola, vocês poderão ler este livro de maneira linear, quer dizer, indo do começo ao fim.

O livro contém ainda uma grande quantidade de textos além de recursos culturais (documentos científicos, filmes, obras literárias, pinturas, músicas etc.) dos quais nascem as reflexões aqui apresentadas ou que podem ser tomados como ocasião para continuar a filosofar.

O que proponho é que filosofemos juntos, quer dizer, que pratiquemos juntos atos filosóficos em torno de assuntos diversos, procurando desenvolver o hábito da Filosofia ou do filosofar. Vocês perceberão que a atividade filosófica vai muito além da formação escolar, porque envolve muitos senão todos aspectos da nossa vida. No entanto, a escola continua sendo um lugar privilegiado para praticar a Filosofia, pois nela temos a possibilidade de nos beneficiar da companhia de nossos professores, amigos, colegas e todos os membros que compõem o ambiente formativo.

Espero que vocês aproveitem ao máximo a minha proposta e tenham o desejo de ir além deste livro, encontrando os próprios filósofos e filósofas, obtendo muito prazer com a atividade de pensar sobre o próprio pensamento.

Toda filosofia é um combate. Sua arma? A razão. Seus inimigos? A tolice, o fanatismo, o obscurantismo. Seus aliados? As ciências. Seu objeto? O todo, com o homem dentro. Ou o homem, mas no todo. Sua finalidade? A sabedoria. Este livro é uma porta de entrada para a filosofia, permitindo ao leitor descobrir as obras para constituir futuramente sua própria antologia.

Com o objetivo de ampliar as discussões sobre as políticas públicas de educação no Brasil contemporâneo, com fundamentação histórica e filosófica, o projeto procurou possibilitar a reflexão sobre as formas de contribuição dos movimentos sociais para a sua ampliação, as lutas pelo reconhecimento da diversidade dos seus sujeitos, assim como levantar questões que condicionam as políticas de inclusão aos determinantes

econômicos.

Ciente da complexidade das discussões propostas nesta publicação, visamos agregar e divulgar para a comunidade acadêmica, profissionais da educação, representantes dos movimentos sociais e instituições interessadas no tema, algumas reflexões sobre as políticas públicas de educação implementadas no Brasil após a Constituição Federal de 1988 – Constituição Cidadã. Agradecemos a todos que contribuíram para esta publicação, principalmente aos autores que disponibilizaram artigos. Esperamos que este livro venha a ser um importante instrumento para os avanços na concretização das políticas de educação no Brasil contemporâneo.

Boa leitura!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INFLUÊNCIA DE PARADIGMA NA RELAÇÃO ENTRE ESTILOS E ENSINO DE APRENDIZAGEM NA GESTÃO DO CONHECIMENTO	
Carla Cristina Sousa dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9711904021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
MODELO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MATO GROSSO DURANTE O PERÍODO DE 1930 A 1950	
Silvana Maria da Silva	
Jeferson Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9711904022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
A ESCOLA RECONHECENDO SEU PODER COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	
Géssica Dal Pont	
DOI 10.22533/at.ed.9711904023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>25</b>
A CULTURA VISUAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO DA CRIANÇA	
Luiz Carlos Cerquinho de Brito	
Valdejane Tavares Kawada	
DOI 10.22533/at.ed.9711904024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
A ACEITAÇÃO PRÓPRIA DA CRIANÇA SURDA ATRAVÉS DA LITERATURA EM LIBRAS: UMA ANÁLISE EM FREUD	
Bianca Barros Viana	
DOI 10.22533/at.ed.9711904025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>51</b>
LAS DISCIPLINAS 'PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS' Y SUS CONTRIBUCIONES A LA FORMACIÓN INICIAL DE PROFESORES DE QUÍMICA EN BRASIL: UN ESTUDIO DE CASO	
Elber Ricardo Alves dos Santos	
Lenalda Dias dos Santos	
Maria Clara Pinto Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.9711904026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>62</b>
PROFESSOR ARTICULADOR: UMA PROPOSTA DE TRABALHO NA ESCOLA SESI-RS	
Sônia Elizabeth Bier	
Danielle Schio Rockenbach	
Luiza Seffrin Zorzo	
Joice Welter Ramos	
Marta Moraes Bitencourt	
DOI 10.22533/at.ed.9711904027	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>70</b>
LINGUAGEM E TECNOLOGIA ONLINE: USO DO “INTERNETÊS” ONLINE LANGUAGE AND TECHNOLOGY: USE OF THE INTERNETÊS	
Eloiza da Silva Gomes de Oliveira Caio Abitbol Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9711904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>78</b>
LUDICIDADE E O BRINCAR: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Nayara Paloma Vieira Galdino Thays Evelin da Silva Brito Kátia Farias Antero	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9711904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>82</b>
LUGAR DE ALUNO É NA COZINHA: UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO INTERDISCIPLINAR	
Janaína Moreira Pacheco de Souza Fabrício Nelson Lacerda Carolina Barreiros de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>93</b>
“MALA DA LEITURA”: A LEITURA EM MOVIMENTO	
Mariângela Gomes de Assis Elisângela Justino	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>100</b>
MEMÓRIAS DO GRUPO ESCOLAR EUGÊNIO JARDIM: O QUE NOS REVELA SEU “TERMO DE VISITA”?	
Márcia Campos Moraes Guimarães Maria Aparecida Alves Silva Kênia Guimarães Furquim Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>114</b>
MÉTODO DA COMPOSTEIRA ( <i>BIN METHOD</i> ) PARA COMPOSTAGEM DE CARCAÇAS DE ANIMAIS EM CATALÃO	
Marcelo Victor Mesquita Pires Ed Carlo Rosa Paiva Priscila Afonso Rodrigues de Sousa Jupyracyara Jandyra de Carvalho Barros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>129</b>
MODELO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MATO GROSSO DURANTE O PERÍODO DE 1930 A 1950	
Silvana Maria da Silva Jeferson Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>137</b>
NOMADISMO DIGITAL: AUTONOMIA E MOBILIDADE NA EDUCAÇÃO	
Rozevania Valadares de Meneses César Sandra Virgínia Correia de Andrade Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>149</b>
A MONITORIA NO ENSINO SUPERIOR – AÇÃO E REFLEXÃO DO FAZER DOCENTE	
Faraídes Maria Sisconeto de Freitas Fabiana Helena Silva Valeska Guimarães Rezende da Cunha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>157</b>
A FORMULAÇÃO DE PROBLEMAS NA APRENDIZAGEM DA PROBABILIDADE CONDICIONADA	
Carla Maria Lopes da Silva Afonso dos Santos Cristina Paula da Silva Dias Maria José Pinto da Silva Varadinov Joaquim Manuel Baltazar Vaz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>165</b>
A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA EM DEBATE: AS PROPOSIÇÕES OFICIAIS E A EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NUMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	
Leila Procópio do Nascimento Valeska Nahas Guimarães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>184</b>
O CURSO DE HOSPEDAGEM DAS EEEPs DO CEARÁ E A CONTRIBUIÇÃO DAS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS MODERNAS EM SEU PROCESSO FORMATIVO	
Maria Lucimar Vieira Ângela Onofre Lima Francisco José Assunção da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>196</b>
O CURSO NORMAL DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE PROFESSORES DA ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ BONIFÁCIO DE SANTOS- AIJB	
Lúcia Tavares Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>211</b>
A AVALIAÇÃO DA ORALIDADE EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO	
Flávia Barbosa de Santana Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.97119040221</b>	



**CAPÍTULO 22 ..... 222**

A AVALIAÇÃO OBJETIVA DOS CONHECIMENTOS DE MATEMÁTICA À ENTRADA DO ENSINO SUPERIOR DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS: CONSTRUÇÃO E RESULTADOS DE UM TESTE ESTANDARDIZADO DE CONHECIMENTOS - PMAT

Maria Helena Morgado Monteiro  
Maria João Rosado de Sousa Afonso  
Fernanda Marília Daniel Pires

**DOI 10.22533/at.ed.97119040222**

**CAPÍTULO 23 ..... 230**

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE MENINOS E MENINAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL POR MEIO DOS ATOS DE LEITURA TRIANGULADA: EXPERIÊNCIAS EXTENSIONISTAS

Natalia Ribeiro Ferreira  
Marise Marçalina de Castro Silva Rosa

**DOI 10.22533/at.ed.97119040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 243**

O ENTENDIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR SOBRE O CONCEITO DA HOMOSSEXUALIDADE

Joseanne Aparecida Maramaldo Levi

**DOI 10.22533/at.ed.97119040224**

**CAPÍTULO 25 ..... 249**

EDUCAÇÃO SEXUAL NA PERCEPÇÃO DE GESTORES DE ESCOLAS PÚBLICAS

Filipe Celestino Girão Nobre  
Juliana Campos da Silva  
Francisca Bertilia Chaves Costa  
July Grassiely de Oliveira Branco  
Ana Maria Fontenelle Catrib

**DOI 10.22533/at.ed.97119040225**

**CAPÍTULO 26 ..... 260**

REDES SOCIAIS E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Francine Mendes dos Santos  
Itana Nogueira Nunes

**DOI 10.22533/at.ed.97119040226**

**CAPÍTULO 27 ..... 266**

REDES SOCIAIS E COMPORTAMENTO POLÍTICO VIOLENTO: UMA SÍNTESE DAS AMEAÇAS AOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

Jonas Modesto de Abreu  
Danielle Pereira de Melo

**DOI 10.22533/at.ed.97119040227**

**CAPÍTULO 28 ..... 278**

RIZOMA E EDUCAÇÃO: GILES DELEUZE E FÉLIX GUATARI, CONTRIBUIÇÕES JUNTO A EDUCAÇÃO

Beatriz Ferrari Westrup  
Jocilene Fernandes Cruz  
Sibele Guedin Custódio

**DOI 10.22533/at.ed.97119040228**

**CAPÍTULO 29 ..... 282**

TRABALHO E SER SOCIAL: TRANSFORMAÇÕES E CONSTITUIÇÃO DAS CLASSES NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Alexandra Queiroga Cavalcante Bezerra

Ana Candida Chagas Alencar

Carmem Maria Vieira de Amorim

Francisco Rivelino Oliveira Nascimento

Geicy Caroline Duarte Caldas

**DOI 10.22533/at.ed.97119040229**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 293**

## MODELO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM MATO GROSSO DURANTE O PERÍODO DE 1930 A 1950

**Silvana Maria da Silva**

(UFMT/PPGE):

silvanamariada@gmail.com

**Jeferson Santos**

(UFMT/IE):

Jefersonsantos54@gmail.com

GT3

ensino, contudo, as condições de organização e funcionamento eram diferentes, indicando que as escolas isoladas rurais em função dessa diferença ficaram num plano inferior evidenciando as desigualdades existentes entre essas categorias de escolas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Educação, Educação Primária, Tipos de Escola Primária.

**RESUMO:** Este estudo busca compreender as classificações das escolas primárias do modelo escolar vigente nas décadas de 20 a 50 do século XX. Tal modelo de educação era regido pelo Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso de 1927. Por esse Regulamento as escolas públicas primárias eram divididas em cinco categorias: escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares. A pesquisa é de cunho historiográfico, desenvolvida por meio de dados obtidos de fontes documentais (relatórios, mensagens governamentais, entre outros) localizadas no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, no banco de dados do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória – GEM/IE/UFMT e por meio de bibliografia ligada à história da educação e história da educação de Mato Grosso. O breve estudo permite identificar que durante esse período as escolas primárias obedeciam a um mesmo programa de

### INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a história da educação pública primária em Mato Grosso, trazendo para a discussão os modelos de escolas públicas primárias vigentes no período compreendido entre 1930 a 1950.

A pesquisa é de cunho historiográfico, desenvolvida por meio de dados obtidos de fontes documentais (relatórios, mensagens governamentais, entre outros) localizadas no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, no banco de dados do Grupo de Pesquisa em História da Educação e Memória – GEM/IE/UFMT e por meio de bibliografia ligada à história da educação e história da educação de Mato Grosso.

Durante os anos 1930 a 1950 em Mato Grosso no que diz respeito às escolas primárias, esse período foi marcado pela expansão dessas escolas, sobretudo as escolas primárias rurais.

Nesse sentido, o ensino primário, hoje correspondente aos primeiros anos do ensino fundamental, ainda era regido pelo Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado, por meio do Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Por este Regulamento no que diz respeito às escolas públicas, o ensino deveria ser laico, obrigatório e gratuito. As escolas públicas primárias eram divididas em cinco categorias; escolas isoladas rurais, escolas isoladas urbanas, escolas isoladas noturnas, escolas reunidas e grupos escolares.

Este estudo tem como objetivo estudar essas classificações das escolas primárias nesse recorte temporal. O breve estudo permite compreender que essas escolas primárias obedeciam a um mesmo método de ensino e prescrições pedagógicas, contudo, as condições de organização e funcionamento eram diferentes, indicando que as escolas isoladas rurais em função disso ficaram num plano inferior evidenciando as desigualdades existentes entre essas categorias de escolas.

O artigo configura-se em três partes em que serão apresentadas as modalidades de escolas primárias públicas vigentes à época explicitando alguns aspectos dessas escolas que possibilitem a compreensão das diferenças entre elas. Sendo então assim dividido: No primeiro momento sobre os Grupos Escolares, no segundo sobre as Escolas Reunidas. E, finalizando o artigo, será abordado sobre as Escolas Rurais.

## GRUPOS ESCOLARES

Os grupos escolares foram introduzidos no Brasil no decorrer do século XIX, que ocasionou grandes mudanças no modo de organização das escolas primárias. Segundo Souza & Ávila (2015) em São Paulo esse modelo de escola foi instituído durante o XIX e serviu como referência para os outros estados do país. Nesta perspectiva os grupos rurais:

Compreendiam uma organização escolar mais sofisticada e racional, que pressupunha um edifício escolar com várias salas de aula, além de uma organização pedagógica fundamentada na classificação dos alunos em agrupamentos (classes) homogêneos, na divisão do trabalho docente e na graduação e pressupunha ainda a fragmentação dos programas de ensino, na ordenação do tempo escolar e na supervisão do trabalho educativo. (SOUZA&ÁVILA, 2015, p.296)

Em Mato Grosso, essas escolas foram implantadas no início do século XX, a partir da Reforma Educacional de 1910 durante o governo de Pedro Celestino Correa da Costa. A criação desse modelo de escola foi pautada no modelo paulista e se configurou como uma inovação pedagógica para a época no estado.

Desse modo foi introduzido o método simultâneo com a organização homogênea dos alunos divididos em classes e séries, havendo uma relação entre série e idade. (SÁ, 2015).

Em 1927 houve outra reforma da instrução pública e os grupos escolares eram assim organizados:

Classificação	Localização	Duração	Programa de Ensino
Grupos escolares	Num raio de 2 quilômetros, onde terão no mínimo, oito classes, 250 crianças em idade escolar.	Terá uma duração de três (3) anos.	Observação e prática pedagógica dos normalistas e ao ensaio e divulgação dos novos métodos de ensino.

Tabela 1 - Grupos Escolares conforme Regulamento de 1927

Fonte: Regulamento de Ensino de 1927- Arquivo Público de Mato Grosso – APMT

Como pode verificar esse modelo de escola era destinado às regiões urbanas e mais populosas. E além da organização com turmas homogêneas, ou seja, com mesmo nível de aprendizagem e idade, por esse regulamento os grupos escolares deveriam ser constituídos somente por professores normalistas.

O Regulamento da Instrução Pública de 1927 foi elaborado inspirado por ideias do movimento da Escola Nova, que influenciava as discussões em torno da educação, e propunham renovações pedagógicas. Nesse contexto, as diretrizes desse Regulamento estabeleceram o método intuitivo que foi introduzido nos grupos escolares.

Para os grupos escolares havia um diretor que era responsável por acompanhar e fiscalizar o trabalho pedagógico e desenvolver o trabalho administrativo. Além do diretor fazia parte também do corpo administrativo dos grupos escolares um porteiro servente responsável pela portaria do estabelecimento, fiscalização do espaço interno auxiliar no serviço de escrituração dentre outros. E, um servente que era responsável pelo serviço da limpeza.

Conforme Relatório do diretor da Instrução Pública Francisco Ferreira Mendes, referente ao ano de 1942, havia 13 Grupos Escolares funcionando e 5.960 alunos matriculados. Já em 1950 em mensagem à Assembleia Legislativa o governador de Mato Grosso Arnaldo Estevão de Figueiredo informa o número de 28 Grupos Escolares funcionando. Percebe-se, portanto, que esse modelo de escola permaneceu apenas em algumas cidades, e “embora representassem e fossem considerados ícones do progresso da administração republicana, a sua lenta expansão não pode atender a grande quantidade de alunos espalhados pelo imenso território mato-grossense.” (SILVA, 2012, P.4).

A figura abaixo retrata o primeiro Grupo Escolar da cidade de Rondonópolis em 1950. Essa escola denominada Grupo Escolar “Major Otavio Pitaluga” foi criada por meio do Decreto nº 930 de 19 de abril de 1950.



Figura 1 - Grupo Escolar Major Otávio Pitaluga – Rondonópolis - 1950

Fonte: A casa do Rio - Rondonópolis.

## ESCOLAS REUNIDAS

As Escolas reunidas eram escolas que compreendiam a junção de três ou mais escolas isoladas conforme tabela abaixo:

Classificação	Localização	Duração	Programa de Ensino
Escolas reunidas	Quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas com frequência total mínima de 80 alunos. Funcionando com o máximo de 07 classes e mínimo de 03.	O curso das escolas reunidas é de três (3) anos.	

Tabela 2- Escolas reunidas

Fonte: Fonte: Regulamento de Ensino de 1927- Arquivo Público de Mato Grosso – APMT

A escola reunida tinha como finalidade “melhorar as condições pedagógicas e higiênicas das escolas; classificar os alunos pelo nível de desenvolvimento intelectual; facilitar a inspeção e intensifica-la” (MATO GROSSO, Relatório, 1942, p.21) com a

duração de quatro anos. Apresentavam assim a mesma organização pedagógica dos grupos escolares. Em relação ao funcionamento administrativo era semelhante aos grupos escolares, porém com um custo menor visto que apresentavam algumas diferenças, pois tinha o número menor de funcionários e alunos, e as instalações físicas mais modestas.

Segundo Castro (2015, p. 13) as Escolas Reunidas:

Tinham a vantagem de representar uma economia aos cofres públicos, pois não exigiam a contratação de uma pessoa específica para assumir a função de diretor, com uma gratificação fixa; necessitavam de número menor de alunos para serem instaladas e, por isto, atendiam demandas de localidades específicas, e adaptavam-se a prédios escolares mais simples.

Percebe-se, portanto, que as escolas reunidas exerceram uma função intermediária entre os grupos escolares e as escolas rurais, expandindo o modelo da escola graduada. Em relação à expansão dessas escolas, em 1942 conforme Relatório da Instrução Pública, havia 23 escolas reunidas. E, em 1949 havia 37 escolas reunidas existentes conforme mensagem do governador Arnaldo Estevão de Figueiredo. Percebe-se que nesse intervalo houve um aumento significativo do número de escolas reunidas, embora, as escolas rurais fossem as escolas que atendiam o maior número de alunos.

## ESCOLAS ISOLADAS

As escolas isoladas eram as escolas que se situavam em regiões mais afastadas conforme classificação na tabela abaixo:

Classificação	Localização	Duração	Programa de Ensino
<b>Escolas isoladas rurais</b>	São rurais as escolas isoladas localizadas a mais de 3 quilômetros a sede do município.	O curso das escolas rurais é de dois (2) anos.	A sua programação constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros noções de História Pátria, Corografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de Higiene.
<b>Escolas isoladas urbanas</b>	As escolas isoladas urbanas, quando localizadas num raio de até três quilômetros da sede do município	O curso da escola urbana é de três (3) anos.	O seu programa terá os dois primeiros anos igual ao das escolas rurais

<b>Escolas isoladas noturnas</b>	As escolas noturnas se dão num raio de até três quilômetros, destinando-se aos meninos de doze para mais, que forem impossibilitados de frequentar as aulas diurnas.	O curso da escola noturna é de três (3) anos.	Os cursos noturnos, em tudo semelhantes às escolas isoladas urbanas.
----------------------------------	--	---	--

Tabela 3 - Escolas Isoladas Rurais

Fonte: Regulamento de Ensino de 1927- Arquivo Público de Mato Grosso - APMT

Essas escolas tinha um modelo escolar diferente das demais escolas acima, pois, era conduzido por um professor regente que ensinava aos alunos de diferentes idades e nível de desenvolvimento escolar, num mesmo espaço, ou seja, numa mesma sala o professor ensinava de forma concomitante desde o conteúdo referente ao o início da alfabetização até aos conteúdos referentes aos alunos que já dominavam a leitura e escrita.

Essas escolas ficavam sob a responsabilidade dos professores. Além do ensino, faziam a matrícula e todo o trabalho referente a escrituração, no Artigo 94 do Regulamento de Ensino de 1927, estabelecia que nas escolas isoladas a escrituração dos livros seria feita pelo professor. Os professores ainda eram responsáveis pela da manutenção das escolas como a limpeza e o atendimento aos pais.

Não havia também nessas escolas orientação pedagógica e acompanhamento e fiscalização como nas escolas reunidas e grupos escolares. O trabalho de fiscalização era feito pelos inspetores de ensino, que devido a grande extensão territorial do estado não conseguiam atender a demanda de escolas isoladas existentes, sobretudo, as escolas isoladas rurais que em sua maioria se localizavam em lugares de difícil acesso. E, apresentavam precárias condições de infraestrutura, funcionando a maior parte em casas que eram alugadas de particulares ao governo, com precário mobiliário e poucos materiais didático-pedagógicos. (SILVA, 2016).

Sobre o número dessas escolas o diretor da Instrução Pública Francisco Ferreira Mendes registra que no estado havia 16 escolas Isoladas Urbanas. Uma Escola Isolada Noturna a Escola Noturna “Pedro Gardés”. O diretor registra ainda que havia duas escolas de iniciativa privada e com auxílio financeiro do estado, uma localizada em Campo Grande a Escola Noturna “26 de Agosto” e a outra em Corumbá a Escola Noturna “21 de Setembro”. E, em parceria com o governo federal as “Escolas Regimentais” destinadas à alfabetização de adultos que faziam parte da corporação da polícia militar, havendo 12 escolas funcionando em 1942. (MATO GROSSO, Relatório, 1942).

Já em relação às escolas isoladas rurais Ferreira Mendes registra a existência de 200 escolas funcionando distribuídas no estado. Essa ampliação das escolas isoladas rurais estava associada aos debates educacionais motivados pelo Ruralismo



Pedagógico, bem como, por conta do Projeto de Colonização do governo Getúlio Vargas, denominada Marcha para o Oeste. (FURTADO, SCHELBAUER e SÁ, 2016).

Durante os anos 1950 o número dessas escolas apresentado pelo governador Arnaldo Estevão de Figueiredo nas mensagens à Assembleia Legislativa é de 705 escolas isoladas rurais. Esses dados apontam para a continuidade da expansão das escolas isoladas cujo “objetivo fundamental era atender as demandas da hinterlandia mato-grossense. O que significou a continuidade, e em certa medida, o reforço da proposta de expansão do ensino primário preferencialmente nas áreas rurais, na qual se concentrava a maioria da população do estado.” (BRITO, 2002, p. 7). Assim, essa ampliação das escolas rurais deu-se em vista do aumento da população rural provocado pelo processo de colonização.

Mato Grosso tinha uma grande extensão territorial, não conseguia atender a demanda de professores habilitados para todas as escolas rurais, além disso, havia também o desinteresse dos professores que tinham o Curso Normal em atuar nessas escolas, devido as grandes dificuldades nas regiões rurais, assim, os professores leigos eram a única opção para trabalhar com a escolarização das crianças dessas regiões rurais. (SILVA, 2016). Nesse sentido, o ensino mediado por esses professores nessas escolas, foi responsabilizado pelo insucesso dos alunos nessas escolas. No entanto, “foi sem dúvida a Escola Isolada, de um só professor, a que permaneceu sendo, durante muitas décadas do século XX, o tipo predominante de escola pública primária no Estado de Mato Grosso e na maioria dos outros estados da federação”. (REIS, 2011, p. 116).

Desse modo, as escolas isoladas se constituíram como o modelo escolar de maior vigência no estado de Mato Grosso, no período compreendido entre os de 1930 a 1950.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período compreendido entre 1930 a 1950 o ensino primário era legislado pelo Regulamento de Ensino da Instrução Pública de Mato Grosso, que classificava as escolas primárias em cinco categorias: Escolas Isoladas Rurais, Escolas Isoladas Urbanas, Escolas Isoladas Noturnas, Escolas Reunidas e Grupos Escolares. Por esse Regulamento todas as escolas deveriam cumprir o que estabelecia as normativas de maneira igual, como por exemplo, os métodos de ensino e as prescrições pedagógicas, todavia, as condições e organização de ensino eram diferentes.

As escolas Reunidas e os Grupos escolares aplicavam o modelo de ensino graduado no qual os alunos eram divididos em classes de acordo com nível de avanço escolar dos alunos. Dispunham além dos professores, de um diretor para acompanhar o trabalho docente e administrativo, e funcionários para auxiliar no trabalho de manutenção e administrativo.

Já nas Escolas Isoladas o trabalho era de responsabilidade de um único professor. O mesmo mantinha a escola onde era responsável pela organização administrativa, limpeza e do ensino que era conduzido de forma individual, onde numa mesma sala estudavam alunos de diferentes idades e diferentes níveis de conhecimento escolar.

Dentre essas escolas a que apresentou maior número de escolas foi a escola isolada rural. Localizadas em regiões rurais essas escolas percorriam inúmeras dificuldades tais como as condições precárias da estrutura física e mobiliária, falta de recursos didáticos e ausência de orientação aos professores, que eram em sua maioria leigos. Contudo, foram essas escolas as responsáveis pelo processo de escolarização das crianças durante a primeira metade do século XX em Mato Grosso, coexistindo com as escolas reunidas e grupos escolares, porém, superando-as em número de escolas e alunos.

## REFERENCIAS

BRITO, S.M.A. **Frenteira e questão educacional no oeste do Brasil: Mato Grosso, 1946-1954**. Pesquisado em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0603.pdf> Acesso em 07/02/2017.

MATO GROSSO. **Mensagens a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso**, 1950. APMT – 1950.

MATO GROSSO. **Relatório Geral da Instrução Pública**, 1942. APMT – 1942.

\_\_\_\_\_. **Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927**. APMT – 1927.

SÁ, E. F. ROHDEN, J. B. **Ser professora primária em Mato Grosso (1930-1945)**. Notandum, São Paulo/Porto, ano XVIII, n. 37, jan./abr., 2015. p. 127-138.

\_\_\_\_\_. FURTADO; SCHELBAUER, A. R. **Caminhos percorridos pela escola primária rural nos estados de Mato Grosso e Paraná**. In: **História da Escola primária no Brasil**. SOUZA. R. F. & PINHEIROS. A. C. F & LOPES. A. P. C. (org.). Aracaju, Edise, 2015.

SANTOS, E. C.; VALDEMARIN, V. T. **Escolas reunidas: um modelo escolar em expansão no estado de Mato Grosso (1930-1945)**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 230 – 245, maio/ago. 2015.

SILVA, M.S. **Memória da Cultura Escolar em Mato Grosso nas Escolas da Região Sul do Estado (1930-1970)**. Pesquisado em [http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE\\_4224.pdf](http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_4224.pdf). Acesso em 10/07/2017.

SILVA, S. M. **A Educação rural em Mato Grosso durante o Estado Novo**. In: Anais...Universidade de Brasília, ANPED, 2016.

SOUZA, R. F. & ÁVILA, V.P.S. **Para uma genealogia da escola primária rural: Entre o espaço e a configuração pedagógica (São Paulo, 1889-1947)**. Roteiro, Joçaba, v.40, n.2, p293-310, jul./dez. 2015.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-097-1

